AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FISICA NO NASF PARA QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO.

Autor(res)

Fernanda Brusa Molino
Cleyton Dias De Carvalho

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UNOPAR / ANHANGUERA - PIZA

Introdução

O envelhecimento humano é um processo natural, social, irreversível e mundial, que não pode ser caracterizado apenas pela degeneração biológica, mas como resultado dessa situação relacionada com problemas e limitações de ordem econômica, de condições políticas, históricas e socioculturais que singularizam esse processo. (SANTOS, FORONI E CHAVES, 2009).
O período entre 1970 e 2025 é considerado a era do envelhecimento. No Brasil, é considerado idoso todo indivíduo que possui 60 anos ou mais de idade. (BRASIL, 2003; GOIS E VERAS, 2010)
Estima-se que até 2060 o número de idosos no Brasil chegue a 34%; no país, atualmente, 13% da população tem acima de 60 anos (IBGE, 2014).
Nesse contexto, programas de promoção da saúde relacionados à atividade física se apresentam como uma estratégia na busca de um envelhecimento saudável e devem ser priorizados nas intervenções realizadas nas unidades de saúde da família, uma vez que, além dos benefícios físicos, psicológicos e sociais, podem gerar grande economia no setor de saúde (SIQUEIRA ET AL, 2009).
Um potencial serviço de saúde que atende esses idosos é a Estratégia Saúde da Família (ESF), implementada como uma proposta de reorganização do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito da atenção primária à saúde (APS) (CONILL, 2008).
O foco de atuação da ESF está voltado para ações principalmente de cunho educativo, de promoção da saúde, junto aos indivíduos e às coletividades em sua totalidade, sem distinção de crenças, cultura, grau de escolaridade ou situação econômica e social. Busca sempre despertar nas pessoas o interesse pelo conhecimento das diversas formas de obter adequadas condições de saúde e de exercer a plena cidadania (ROECKER E MARCON, 2011).
A partir disso, como se dá a Avaliação das ações do profissional de Educação Física no NASF para qualidade de vida do idoso?

Objetivo

OBJETIVO GERAL:
A importância dos profissionais de Educação física no programa NASF para a qualidade de vida dos idosos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Esclarecer acerca da falta de profissionais que influencia na qualidade de vida do idoso
Conscientizar a gestão local sobre a importância do trabalho
Avaliar os impactos desse trabalho para população idosa

Material e Métodos

O presente trabalho classifica-se metodologicamente como uma pesquisa qualitativa e, teve caráter descritivo e quanto ao delineamento foi de caráter documental. Foram utilizadas as bases de dados livros e manuais do ministério da saúde, informações do IBGE e artigos.
Como forma de melhorar o processo de andamento do estudo, foi-se realizada as seguintes etapas: os critérios de inclusão e exclusão para seleção dos estudos que fazem parte da amostra e a delimitação do tema. A pesquisa contou com apontamentos quinzenais, nos quais foram discutidas as melhores fontes para pesquisa dentro do material selecionado, a produção textual foi aprimorada a cada encontro visando conferir maior clareza e objetividade ao texto. O estudo baseou-se na análise da bibliografia proposta com o intuito de selecionar conceitos que pudessem trazer ao texto um melhor argumento no que se refere a classificação e significado das questões das ações dos profissionais de educação física no NASF visando a melhor qualidade de vida dos idosos.

Resultados e Discussão

Sampaio et al. (2012), diversos modelos de Nasf foram construídos pelo País, tanto por dificuldades na interpretação acerca do processo de trabalho quanto pelos diferentes modelos de atenção implementados em cada município. Relacionam este fato a uma lacuna temporal gerada pela publicação do ‘Caderno de Atenção Básica nº 27’, principal documento ministerial com direcionamentos gerais para a implementação do Nasf, que ocorreu somente um ano após a publicação da Portaria Gabinete do Ministro (GM) nº 154, de 24 de janeiro de 2008. Além disto, esta mesma Portaria, contemplando a definição das ações e intervenções junto às ESF, assegura que a gestão do processo de trabalho dos Nasf é de responsabilidade de cada município (BRASIL, 2008).
É importante considerar, ainda, que os diferentes modelos de conformação e atuação do Nasf apresentam-se como um aspecto importante a ser considerado para a definição dos resultados possivelmente alcançados. Esta diversidade é decorrente de fatores contextuais referentes à própria complexidade da atenção básica, à falta de compreensão sobre a lógica de atuação do Nasf por equipes e gestores envolvidos, e aos diferentes interesses em jogo relacionados aos distintos modelos de atenção em saúde vigentes. Essa diversidade do discurso e das práticas do Nasf podem dificultar o trabalho compartilhado entre as equipes, tornando-o fragmentado e desarticulado, contrariando a proposta ideal de clínica ampliada, baseada nos princípios da integralidade e da interdisciplinaridade, a incompreensão acerca da proposta, que pode ser gerada por parte dos profissionais, tanto da ESF quanto do próprio Nasf, pode também causar dúvidas na população com relação a essa nova equipe. (LANCMAN ET AL., 2013).
Considerando o período de implantação dessa proposta, no Brasil, e a complexidade que envolve a prática pautada pelo referencial teórico-metodológico do apoio matricial, um estudo de revisão sistemática identificou uma visão quase utópica do Nasf como potencial indutor de mudanças sobre aspectos complexos do SUS, além de falta de clareza sobre o que se espera alcançar a partir da atuação compartilhada e integrada entre núcleos e equipes apoiadas. (Sampaio et al. 2012).

Pedrosa e Leal (2012) discutem que a inserção dos profissionais de Educação Física no serviço público de saúde não pode enfatizar somente o tratamento e a prevenção de doenças por meio da prática regular de exercícios

físicos, mas deve prescindir do trabalho coletivo na elaboração de projetos com corresponsabilidades com as equipes de ESF no atendimento aos usuários.

Com o aumento proporcional do número de idosos, existe a necessidade da adequação e preparo dos serviços básicos de saúde, visando a sua estruturação, formação e qualificação profissional para o atendimento dessa nova demanda (SIQUEIRA ET AL.,2009), uma vez que a população idosa é grande usuária de serviços de saúde (SALLIN ET AL., 2011).

Conclusão

Diante do exposto, observa-se que a implementação do Nasf, apesar de sua relevância no fortalecimento da Estratégia de Saúde da Família, foi marcada por desafios estruturais e conceituais que impactaram diretamente sua consolidação nos diferentes contextos municipais. A ausência inicial de diretrizes claras, somada à diversidade de modelos de atenção em saúde existentes no país, gerou interpretações distintas acerca do processo de trabalho e, consequentemente, conformações variadas de atuação das equipes. Essa heterogeneidade, embora possa ser entendida como reflexo da complexidade da atenção

Referências

BRASIL. Lei n. 10.741, de 1° outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. 2003. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/ L10.741.htm>. Acesso em: 7 jul. 2025.

LANCMAN, S. et al. Estudo do trabalho e do trabalhar no Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 47, n. 5, out., 2013. Disponível em:. Acesso em: 8 jan. 2025.

PEDROSA, O. P.; LEAL, A. F. A inserção do profissional de Educação Física na estratégia Saúde da Família em uma capital do norte do Brasil. Movimento, v.18, n.2, p. 235-253, abr./jun., 2012

SALIN, Mauren S. et al. Atividade física para idosos: diretrizes para implantação de programas e ações. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 197-208, 2011

SAMPAIO, J. et al. O Nasf como dispositivo da gestão: limites e possibilidades. Revista Brasileira de Ciências da Saúde, João Pessoa, v. 16, n. 3, p. 317-324, 2012. Disponível em:. Acesso em: 28/12/2019

SANTOS, Patrícia L.; FORONI, Priscila M.; CHAVES, Maria C. F. Atividades físicas e de lazer e seu impacto sobre a cognição no envelhecimento. Medicina, Ribeirão Preto, v. 42, n. 1, p. 54-60, 2009.

SIQUEIRA, Fernando V. et al. Aconselhamento para a prática de atividade física como estratégia de educação à saúde. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 203-213, 2009